



# E • B O O K

**Os possíveis impactos da  
reforma tributária para a  
indústria eletroeletrônica**

Apoio Oficial:

**abinee abineetec**

Promoção e Organização:

**RX**





## **QUAIS SÃO OS IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA PARA A INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA?**

Essa dúvida persiste entre empresários, fornecedores e participantes da cadeia do setor elétrico e eletrônico do Brasil.

E deverá seguir persistindo durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional.

A aprovação pode se dar em poucos meses, como prega o governo, ou demorar bem mais tempo.

E, após a aprovação, a esperada reforma precisa ser colocada em prática.

Quanto tempo será preciso para que as prometidas soluções venham?

**É diante deste vai-e-vem que a indústria eletroeletrônica, como demais segmentos industriais, precisa conviver.**



## O QUE É REFORMA TRIBUTÁRIA

Antes de seguir adiante, um breve relato sobre a reforma tributária.

Em resumo, ela tem por objetivo simplificar o sistema tributário brasileiro.

Essa simplificação, conforme proposto, se dará pela extinção de tributos como o **PIS**, **Cofins**, **IPI**, **ICMS** e **ISS**. No lugar deles entra o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS).

**Confira como fica, em imagem da Câmara dos Deputados:**



## COMPETITIVIDADE

Com isso, a reforma busca modernizar a arrecadação de tributos e impostos com o intuito de favorecer a competitividade das empresas.

Com ela, o governo espera terminar com as cobranças diferenciadas para vários setores, possibilitando, assim, um ambiente de negócios mais favorável.

**Enfim, um sistema tributário eficiente, como propõe a reforma, é estratégico para acelerar a competitividade e o ritmo de avanço econômico do Brasil.**

## DEMANDA TEM MAIS DE 30 ANOS

Apesar de o projeto da reforma estar na ordem do dia, ele é fruto de antiga reivindicação.

Para se ter ideia, o termo Custo Brasil, que junta os tributos e impostos e torna os produtos brasileiros mais caros que os de muitos países, foi motivo de debate ainda em 1995, em seminário da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Pois esse grande vilão do setor produtivo, e protagonista da reforma, **ampliou a carga tributária de 27% em 1995 para 33% em 2021 do Produto Interno Bruto (PIB).**

Outro dado alarmante, divulgado em estudo pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), junto de entidades setoriais da indústria, destaca que, por ano, o Custo Brasil consome **R\$ 1,7 trilhão do setor produtivo.**

Conforme estudo realizado pelo MBC, o País permanece com **alto nível de complexidade tributária**. “para se ter uma ideia, devido à complexidade tributária, o tempo gasto no Brasil para preparação de impostos é de aproximadamente 62 dias e meio, enquanto a média da OCDE é 6 dias”, detalha Caiuby, conselheiro executivo do MBC. Outro fator relevante é o crescimento mais acelerado da informalidade em países da OCDE, o que contribuiu para a redução da diferença em relação ao patamar nacional – **o Brasil está em 40% enquanto a média da OCDE é de 19,6%**





O valor integra levantamento com dados comparados com os dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

## CONGRESSO JÁ TEM PROJETOS DE REFORMA

Vale destacar que além da proposta do Governo Federal (**Projeto de Lei PL 3887/2020**), existem outras.

Uma é de autoria da Câmara dos Deputados (a Proposta de Emenda à Constituição **PEC 45/2019**) e a outra, também PEC, é do Senado Federal (**PEC 110/2019**).

Tem também uma quarta no Senado: a **PEC 46/2022**, que apresenta texto alternativo.

## E O QUE PROPÕEM CADA UMA?

Em síntese apresentada pela Agência Senado, a **PEC 110/2019** acaba com nove tributos e cria novos impostos: um sobre bens e serviços, nos moldes dos impostos sobre valor agregado, e um imposto específico para determinadas atividades.

Já a **PEC 45/2019** prevê a substituição de cinco tributos (**PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS**) por um único imposto sobre bens e serviços.

O imposto teria alíquota uniforme com tributação no destino, com exportações e investimentos totalmente desonerados.

A **PEC 46/2022**, por sua vez, objetiva simplificar a cobrança dos impostos sobre o consumo unificando as leis estaduais, do Distrito Federal e municipais que **regulam o ICMS e o ISS de modo a beneficiar cidadãos e setor produtivo.**

## COMO É O PROJETO DO GOVERNO?

Ele conta com propostas das PECs que tramitam no Congresso e contam com o apoio do Governo. Uma delas, relacionada aos tributos sobre o consumo, adota o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) ou IBS.

**Em página criada no site do Ministério da Fazenda, a pasta relata que o IVA já é praticado por mais de 170 dos 193 países do mundo.**





## O QUE PROPÕE A REFORMA?

Conforme destaca o Ministério da Fazenda, entre as propostas estão:



Substituir **PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI** por um **IVA (único ou dual)** de padrão internacional, com **legislação uniforme** e o mais **simples e homogênea possível**.

Criar um **Imposto Seletivo (IS)**, sem finalidade arrecadatória, para **desestimular o consumo de produtos prejudiciais à SAÚDE e ao MEIO AMBIENTE**.

## Com isso, segundo o Ministério:

- A Reforma Tributária gerará o **crescimento adicional da economia (PIB) de 12% ou mais em 15 anos**.
- Hoje isso representaria **R\$ 1.2 trilhão a mais no PIB de 2022**. Ou seja, se a Reforma tivesse sido aprovada há 15 anos, **cada brasileiro teria hoje mais R\$ 470 por mês de renda**.
- Mesmo num cenário conservador, todos os setores serão beneficiados: **agro (+11%), serviços (+10%) e indústria(+17%)**.
- A estimativa é de que a Reforma gere **12 milhões de empregos em 15 anos**.

Fontes: I Dorringues e Cardoso, UFMO, 2 Idem & Pra Ser Justa

## Já o IVA, conforme o Ministério, permitirá que:



- As empresas vão pagar seus impostos com **mais facilidade e segurança.**



- As empresas vão **gastar menos** para cumprir obrigações tributárias e se tornarão **mais eficientes.**



- As **pessoas vão saber quanto pagam** de impostos e para onde esse **dinheiro vai.**



- As **pessoas poderão participar** ativamente da definição da carga tributária e **cobrar** a boa aplicação desses recursos.

## Traduzindo em números:

Desde a CF/1988, foram editadas mais de **460 mil normas tributárias no Brasil**, ou seja, **37 normas tributárias por dia útil.**

Outro dado alarmante, divulgado em estudo de maio pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), destaca que o Custo Brasil chega a R\$ 1,7 trilhão.

“O número impacta na operação de empresas de diversos portes e segmentos, encarece preços e serviços, comprometendo investimentos e a geração de empresas no país”, relata o Movimento Brasil Competitivo (MBC).

Fontes: 3 IBPT. 4 Deloitte, s Banco Mundial. Movimento Brasil Competitivo (MBC)

**Em tempo: a Câmara Federal também disponibiliza nota técnica, realizada por consultores legislativos, com detalhes sobre a proposta. Clique aqui para [ler](#).**



## E QUAL É A PREVISÃO DE O PROJETO ENTRAR NA PAUTA DE VOTAÇÃO?

Apesar de representantes do Governo Federal relatarem que o projeto deve entrar na pauta ainda neste primeiro semestre de 2023, a situação é outra.

**Ou seja: para ser aprovado, o projeto precisa ter no mínimo 308 votos favoráveis dos deputados.**

E até ter garantia do ‘sim’ da maioria dos 513 parlamentares, o Grupo de Trabalho da Câmara, que negocia o texto, promove rodadas de discussões também como estratégia para ganhar tempo até que se alcance apoio da maioria.

### Implicações atuais no setor eletroeletrônico

Atualmente, o setor, assim como os demais da indústria nacional, convive com o Custo Brasil, que penaliza os produtos nacionais diante a concorrência externa. Demais situações tributárias vigentes também afetam o setor eletroeletrônico.

É certo que as regras atuais permitem benefícios fiscais dentro da chamada ‘guerra fiscal’ entre Estados.

**Aqui, para atrair investimentos, são oferecidas desonerações que, sim, atraem empresas.**

Ao mesmo tempo, conforme destaca estudo da Câmara, para compensar desonerações, Estados “acabam onerando mais fortemente produtos consumidos por grande parte da população e em relação aos quais há pouca alternativa de substituição por outros.”

Desta forma, “combustíveis, telecomunicações e energia elétrica acabam muito tributados, o que gera injustiça tributária e impacta toda a cadeia produtiva.”



## E QUAIS SÃO OS IMPACTOS DA REFORMA PARA O SETOR ELETROELETRÔNICO?

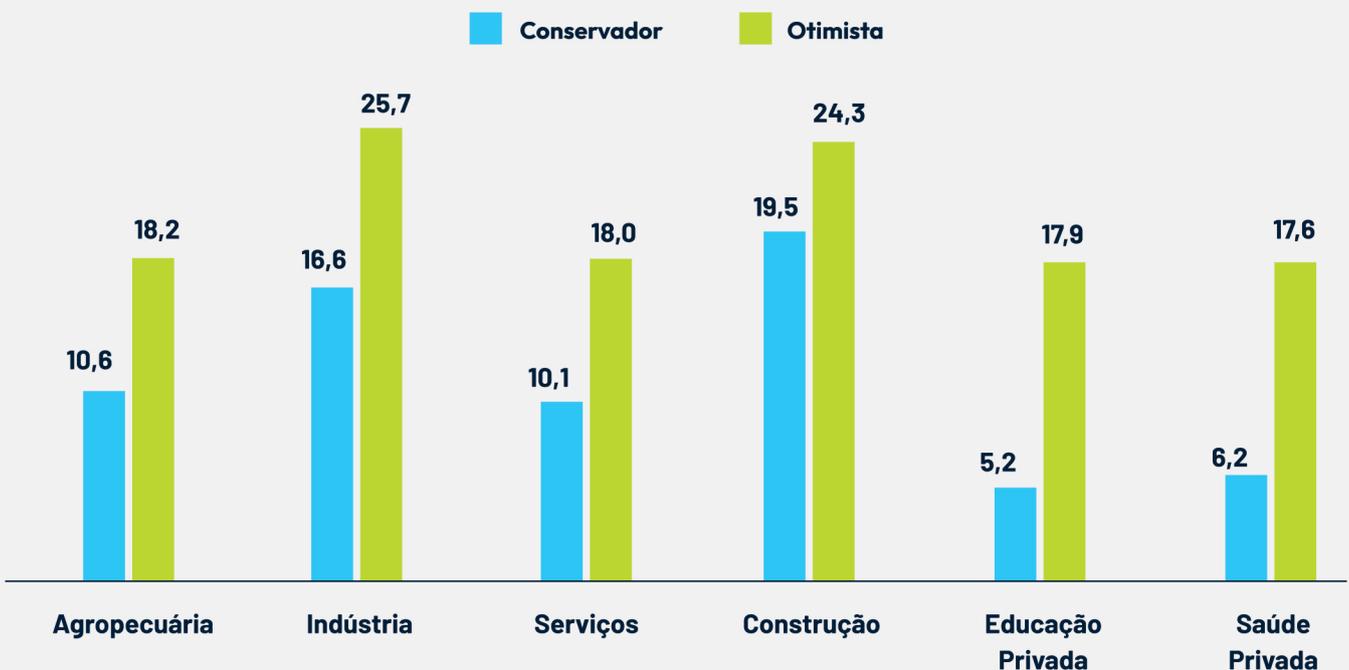
Se as projeções da Câmara e do Ministério da Fazenda forem confirmadas, será céu de brigadeiro também para o **setor eletroeletrônico**.

Em seu estudo, a Câmara destaca que a reforma **“possui o potencial de gerar crescimento adicional da economia (PIB) superior a 12% em 15 anos.”** Hoje, emenda, “isso representaria R\$ 1,2 trilhão a mais no PIB de 2022.”

Enfim, o levantamento lembra que **“todos os setores da economia seriam beneficiados pela reforma.”**

### Projeção do estudo da Câmara:

#### Impacto da Reforma sobre o PIB Setorial



Fonte: Ministério da Fazenda. Gráfico elaborado a partir do estudo de Domingues e Cardoso (2012), com base em Borges (2019). Dados correspondentes ao impacto em 15 anos.



## E OS RISCOS?

**Sim, eles existem.**

Tome o exemplo do IVA: ele irá gerar perdas para o setor eletroeletrônico em um país cuja economia dá sinais de instabilidade ao menos neste primeiro semestre de 2023?

Por ora ninguém sabe. **Mas há ventos favoráveis nesta situação.**

É o caso de [estudo](#) de quatro economistas brasileiros (Pedro Cavalcanti Ferreira, Bruno Delalibera e Johann Soares, da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV; e Diego Gomes, do FMI).

Em linhas gerais, os autores da [pesquisa](#), divulgada pelo jornal Valor, declaram que “partindo do pressuposto de que a mudança é neutra do ponto de vista da arrecadação do governo, [estima-se] que, em um **universo de 66 setores da economia, 21 acabariam pagando impostos que hoje - a maioria do segmento de serviços.**”

**“Destes, no entanto, em apenas 11 a produção cairia e em somente três isso também resultaria em queda dos lucros.”**

Os demais, relatam os autores, “veriam uma alta dos lucros que chega a ser superior a 36% no exercício. **Em 33 deles, a alta do lucro ultrapassa 10% e, em 14, fica acima dos 15%.**”





# PROJEÇÕES DE GANHO PARA O SETOR ELETROELETRÔNICO

Como deve ficar a variação da alíquota após a implementação do IVA:

SETOR	ALÍQUOTA PÓS REFORMA
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	Sobe ▲
Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	Desce ▼
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	Desce ▼

Fonte: [Pesquisa](#) dos economistas divulgada no Valor

## EXPECTATIVAS DO SETOR ELETROELETRÔNICO

Segundo o economista Marcio Holland, **“as propostas em discussão ainda geram incertezas sobre qual reforma será aprovada.”**

A avaliação integra a apresentação dele em abril durante a Reunião Plenária da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Em sua opinião, a aplicação do IVA no Brasil é complexa e precisa de discussão mais aprofundada. Trata-se de um tributo regressivo (com foco no consumo) e trata igualmente de setores e regiões desiguais, “o que inviabiliza a utilização da tributação como instrumento de desenvolvimento setorial e regional.”

**Todavia: “podemos ter um modelo com alíquotas de exceção e regras especiais, o que resultaria em uma reforma sub-ótima, mas ainda assim melhor do que a que temos atualmente”, referindo-se às manutenção dos estímulos da Política de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), preservando a isonomia com as condições fiscais e financeiras voltadas aos investimentos localizados na Zona Franca de Manaus.**



## GANHOS

*Mas independente das incertezas sobre o modelo, Holland atesta que a reforma que vier:*



**Eficiência  
Econômica**



**Fim das Obrigações  
Acessórias**



**Maior  
Transparência**



**Melhoria do Ambiente  
de Negócios**



**Aumento da  
Competitividade**

## REINDUSTRIALIZAÇÃO

Por sua vez, Humberto Barbato, presidente executivo da Abinee, reforçou, durante a Plenária: **“temos afirmado que não haverá reindustrialização no País sem uma Reforma Tributária.”**

Atesta que, sem prejuízo à essência do texto em apreciação, “é preciso atenção a algumas especificidades setoriais como forma de não comprometer o planejamento de investimentos já previstos no País, **mantendo o equilíbrio produtivo do setor de TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação).**”



Em seu [estudo](#), a Câmara destaca que a reforma **“possui o potencial de gerar crescimento adicional da economia (PIB) superior a 12% em 15 anos.”** Hoje, emenda, “isso representaria R\$ 1,2 trilhão a mais no PIB de 2022.”

Enfim, o levantamento lembra, que “todos os setores da economia seriam beneficiados pela reforma”, incluindo as mais de mil indústrias de TICs localizadas em todo o território nacional.

A [Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica \(Abinee\)](#) defende a **permanência do equilíbrio competitivo entre as indústrias situadas dentro e fora da Zona Franca de Manaus**, necessária à preservação e atração de investimentos produtivos.





## E • B O O K

**Os possíveis impactos da  
reforma tributária para a  
indústria eletroeletrônica**

Apoio Oficial:

**abinee abineeTEC**

Promoção e Organização:

**RX**